

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. - Previmax, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A Previmax é uma seguradora do ramo de saúde e previdência, pertencente ao Grupo Bonsucesso e controlada pelo Banco BS2 S.A. Belo Horizonte – MG, 26 de fevereiro de 2019. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)		
	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
ATIVO		
CIRCULANTE	88.246	90.040
Disponível (nota 4)	53	12.599
Caixa e Bancos	53	12.599
Aplicações (nota 5)	87.907	76.793
Outros créditos operacionais (nota 6)	286	648
Títulos e Créditos a Receber	-	-
Créditos tributários	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	337	476
Investimentos	173	171
Participações societárias	173	171
Imobilizado (nota 7)	84	162
Bens móveis	36	72
Outras imobilizações	48	90
Intangível (nota 7)	80	143
Outros intangíveis	80	143
Total do Ativo	88.583	90.516
	As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Capital em Aprovação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2018	15.000	-	5.963	660	21.623
Lucro líquido do semestre	-	-	-	392	392
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	53	(53)	-
Reserva Legal	-	-	750	(750)	-
Reserva estatutária	-	-	249	(249)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.000	-	7.015	-	22.015
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.200	-	16.926	-	27.126
Aumento de capital (AGE de 27/12/17)	-	4.800	(4.800)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.837	1.837
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	92	(92)	-
Reserva Legal	-	-	1.309	(1.309)	-
Reserva estatutária	-	-	(7.564)	(436)	(8.000)
Reserva Especial para Dividendos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.200	4.800	5.963	-	20.963
Aumento de capital aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 819 de 12/03/2018	4.800	(4.800)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.052	1.052
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	53	(53)	-
Reserva Legal	-	-	750	(750)	-
Reserva estatutária	-	-	249	(249)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.000	-	7.015	-	22.015
	As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto indicação em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional. A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da Superintendência de Seguros Privados (Susep) nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004, Processo nº 15414.003365/2004-33. Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da Susep para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo nº 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Desde setembro de 2015, a Previmax não possui mais riscos, tendo em vista que os contratos deste plano se encontram todos cancelados. Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo Susep nº 15414.004917/2005-10. Com a edição da Resolução CNSP nº 332/2015, foi unificada a operação do Seguro DPVAT, tendo o Consórcio que opera nas categorias 1, 2, 9 e 10 absorvido o Consórcio das categorias 3 e 4, sendo tais atos ratificados pelas seguradoras consorciadas. O consórcio DPVAT é administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., designada para praticar todos os atos necessários à execução das operações do Seguro DPVAT, em estrita observância às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por Circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep nº 517/2015 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos Pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não existir resultados abrangentes no período.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis são: **a. Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência. **b. Ativo e Passivo Circulante:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste de ativo para o valor de mercado ou de realização. Mensalmente, é procedida a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulantes, com o objetivo de transferir para o Não Circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. **c. Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da Entidade, atendendo aos seguintes critérios: **• Valor justo por meio do resultado** – quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação são apresentados no ativo circulante e os ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do período; **• Disponíveis para venda** – os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários; e **• Mantidos até o vencimento** – são apresentados no ativo circulante e não circulante

da Entidade, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis intermediárias, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **d. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro:** As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social foram calculadas à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$240 mil ao ano, e a segunda calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015, e de 20% desde setembro de 2015, de acordo com Lei nº 13.169/15, permanecendo assim até dezembro de 2018. **e. Estimativas Contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados com base em estimativa. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem, dentre outros: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser feita por valores diferentes dos registrados em função das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as premissas e cenários utilizados na determinação das estimativas, pelo menos, semestralmente. **f. Redução ao Valor Recuperável – Impairment:** Conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. **g. Do Registro Contábil do DPVAT:** A movimentação financeira relativa à operação do seguro DPVAT é efetuada pela Seguradora Líder – DPVAT, a saber: i. O segurado paga o prêmio no banco, que credita em conta corrente exclusiva para operações do seguro DPVAT, com CNPJ da Seguradora Líder; ii. A Seguradora Líder registra a operação e emite o bilhete, repassando a informação correspondente ao respectivo Consórcio, sem movimentação financeira, constituindo, nesse ato, um crédito a favor do Consórcio, por conta dos prêmios recebidos; e iii. O Consórcio registra a operação e repassa a informação para as consorciadas, também sem movimentação financeira, autorizando a liquidação da operação pela Seguradora Líder com os recursos recebidos do segurado. **h. Teste de adequação dos passivos (TAP):** De acordo com o artigo 45 da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a PREVIMAX deverá “...elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes de seus contratos e certificados...”. O resultado do TAP tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações. Entretanto, considerando-se que o único plano de previdência (benefício de pecúlio/RS) que a Entidade operava não possui mais contratos em vigor desde setembro de 2015, considerando-se que atualmente não há mais obrigações relativas a este plano e considerando-se ainda que o TAP não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo DPVAT, não houve necessidade de realizar-se o estudo atuarial do TAP para a data-base de 31/12/2018, ficando a Entidade, portanto, dispensada da apresentação do respectivo relatório.

4. DISPONIBILIDADES

Registram a existência de numerários, de propriedade da Sociedade, em poder de Instituições Financeiras, a saber:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
• Banco Bonsucesso S.A.	53	9
• Valores em trânsito	-	12.590
Total – R\$	53	12.599

Os valores em trânsito referem-se ao resgate efetuado no Fundo de Investimento Multimercado, cuja data da liquidação (D+30) coincidiu com o dia 29/12/2017, declarado como feriado bancário pela FEBRAB. Sendo assim os recursos foram creditados em conta corrente no dia 02/01/2018.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, até a sua liquidação financeira e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, assim demonstrados:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações)

	Semestre findo em		
	31.12.18	31.12.18	31.12.17
Prêmios emitidos	5.777	17.173	21.118
Variações das provisões técnicas de prêmios	456	(73)	(88)
Prêmios ganhos	6.233	17.100	21.030
Receita com emissão de apólices	708	1.991	1.871
Sinistros ocorridos	(4.680)	(13.913)	(17.767)
Custos de aquisição - seguros	(69)	(206)	(249)
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	(683)	(1.918)	(2.244)
Despesas administrativas	(1.254)	(2.155)	(1.955)
Despesas com tributos	(207)	(626)	(629)
Resultado financeiro	736	1.424	3.223
Resultado patrimonial	-	146	7
Resultado operacional	784	1.843	3.287
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(51)	(51)	4
Resultado antes dos impostos e participações	733	1.792	3.291
Imposto de renda (nota 18)	(184)	(400)	(797)
Contribuição social (nota 18)	(157)	(340)	(657)
Lucro líquido	392	1.052	1.837
Quantidade de ações	13.120.700	13.120.700	13.120.700
Lucro líquido por ação	0,03	0,08	0,14
	As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.		

	Exercício findo em			
Aplicação	31.12.18	%	31.12.17	%
• Itaú FI RF Consórcios DPVAT	-	-	1.399	1,82
• Bradesco FI RF Consórcios DPVAT	12.802	14,56	11.280	14,69
• BB FI RF Consórcios DPVAT	19.756	22,47	17.761	23,13
• CEF FI RF Consórcios DPVAT	6.995	7,96	6.245	8,13
• Icatu FI RF Consórcios DPVAT	3.419	3,89	2.980	3,88
• Safra FI RF Consórcios DPVAT	8.321	9,47	7.377	9,61
• Mapfre FI RF Consórcios DPVAT	4.182	4,76	4.918	6,40
• Porto FI RF Consórcios DPVAT	7.326	8,33	5.705	7,43
• Santander FI RF Consórcios DPVAT	3.194	3,63	2.772	3,61
• Total dos Fundos Soberanos DPVAT	65.995	75,07	60.437	78,70
• BS2 Butiá Excellence	13.109	14,91	-	-
• Total do Fundo Multimercado	13.109	14,91	-	-
• Quotas de Fundos de Investimentos	79.104	89,99	60.437	78,70
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.803	10,01	16.356	21,30
• Títulos de Renda Fixa – Públicos	8.803	10,01	16.356	21,30
• Total da Carteira – R\$	87.907	100	76.793	100

Os títulos e valores mobiliários estão devidamente classificados pelo custo de aquisição e ajustados como segue:

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário ANBIMA como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais. A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18
Valor justo por meio do resultado	75.697	23.701	(19.749)	2.805
•Letras Financeiras Tesouro – LFT	15.260	6.363	(15.145)	1.108
•Fundos Soberanos DPVAT	60.437	4.327	(4.604)	1.697
•Fundo Multimercado	-	13.011	-	98
•Mantidos até o vencimento	1.096	-	(1.108)	12
•Letras Financeiras Tesouro – LFT	1.096	-	(1.108)	12
Total – R\$ 1.000	76.793	23.701	(19.749)	5.465

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES

Refere-se ao resultado mensal acumulado com as operações do Consórcio DPVAT, com distribuição de 50% deste valor no mês subsequente da apuração e o restante no início do exercício seguinte, após aprovação pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e reembolso de valores com ações judiciais, conforme demonstrado:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
• Seguro DPVAT - Consórcios 1 e 2	76	438
• Reembolso de ações judiciais	210	210
Total – R\$1.000	286	648

7. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Consórcio DPVAT. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O Intangível corresponde a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos do Consórcio DPVAT, tais como despesas com desenvolvimento para sistemas de computação e serão amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos. Estão assim representados:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Imobilizado:	165	120
• Equipamentos	35	41
• Móveis, máquinas e utensílios	5	5
• Veículos	170	150
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	(291)	(154)
• Depreciações e amortizações acumuladas	84	162
Total do Imobilizado – R\$	165	120
Intangível:	178	176
• Desenvolvimento de sistemas de computação	(98)	(33)
• Amortização acumulada	80	143
Total do Intangível – R\$	178	143

8. CONTAS A PAGAR

Estão assim demonstrados:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Composição	7	8.007
Obrigações a pagar	7	8.007
• Fornecedores pessoas jurídicas	6	6
• Aluguéis a pagar	1	1
• Dividendos a pagar	-	8.000
Provisão para impostos e contribuições	376	779
Imposto de renda	401	797
Contribuição social	340	657
Cofins	39	-
Pis	6	-
(-) Antecipação de imposto de renda	(238)	(414)
(-) Antecipação de CSLL	(172)	(261)
Total – R\$	383	8.786

Em 27/12/2017, os acionistas da companhia, em assembleia geral extraordinária aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$8.000 (oito milhões de reais), extraída da conta de Reserva de Lucros apurados até 31/12/2016.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	31.12.18	31.12.18	31.12.17
MÉTODO DIRETO			
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	345	1.490	1.582
Pagamentos de despesas e obrigações	(82)	(181)	(459)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	-	(1)	-
Outros pagamentos operacionais	(10)	(10)	-
Recebimentos de juros e dividendos	-	146	7
Caixa gerado pelas operações	253	1.444	1.130
Impostos e contribuições pagos	(302)	(1.762)	(2.129)
Investimentos financeiros:			
Aplicações	(13.262)	(19.373)	(10.558)
Vendas e resgates	13.353	15.145	24.138
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	42	(4.546)	12.581
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela Venda:			
Investimentos	-	-	12
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	-	12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de Dividendos	-	(8.000)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	-	(8.000)	-
A			

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PCC
Saldo 31/12/2015	-	-	2	-	-
Constituições	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	(2)	-	-
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-
Constituições	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	-
Constituições	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2018	-	-	-	-	-
* PPNG + RVNE	-	-	-	-	-

Previdência Complementar – Pecúlio/RS: Variação das Provisões Técnicas – RS 1.000	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Provisão	-	-	-
PPNG*	-	-	-
PSL	-	-	-
IBNR	-	-	(2)
PDR	-	-	-
PCC	-	-	-
* PPNG + RVNE	-	-	-

12. APLICAÇÃO INICIAL DO CPC 43
Divulgações adicionais requeridas pela Circular SUSEP 517/2015
Tendo em vista que a PREVIMAX não comercializa contratos de seguros, fica a mesma dispensada da divulgação de suas referidas bases técnicas.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Riscos de Seguro: a.1. Análise Qualitativa - **Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos:** A Entidade tem sua atuação junto ao mercado de seguros exclusivamente amparada nas operações do ramo DPVAT, o qual não é objeto de realização do TAP, por força normativa. Cabe salientar que a PREVIMAX operou um único plano de previdência, com benefício de pecúlio vitalício, estruturado no regime de repartição simples, o qual não possui mais riscos em vigor em 31/12/2018, uma vez que todos os contratos relativos a este plano se encontram cancelados desde setembro de 2015. A Entidade concentra em sua estrutura financeira/contábil a responsabilidade em relação ao controle dos capitais de risco e o decorrente acompanhamento de sua solvência. Em consequência da extinção da carteira de pecúlio, não opera com repasse de riscos sob nenhuma modalidade. A PREVIMAX define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Como todos os contratos relativos à carteira de pecúlio da Entidade foram cancelados e atualmente não se observam obrigações decorrentes dos mesmos, conclui-se que não há mais riscos em vigor na data-base. a.2. Análise Quantitativa - **Análise de sensibilidade e concentração de risco:** Considerando que a Entidade opera exclusivamente com o ramo DPVAT e com o objetivo de divulgar seu parâmetro financeiro de receita referente ao exercício de 2018, o quadro abaixo apresenta a composição de sua arrecadação, para efeito comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior.

Planos	Arrecadação 2018		Arrecadação 2017	
	RS 1.000	%	RS 1.000	%
Convênio DPVAT	17.173	100,0%	21.118	100,0%
Total	17.173	100,0%	21.118	100,0%

Fonte: Quadro 23 do FIP

Considerando-se a extinção da carteira de pecúlio e o fato de não haver mais riscos em vigor na data-base de 31/12/2018, não se detectou, tecnicamente, razões para proceder-se a testes de sensibilidade.

b. Tabelas de desenvolvimento de sinistros: Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

- Na tabela abaixo indicamos os valores referentes ao desenvolvimento dos sinistros/benefícios do plano de pecúlio/RS:

Período	31.12.15	31.12.16	31.12.17	31.12.18
Saldo anterior	178	-	-	-
Retidos	11.806	-	-	-
Exercício atual	6.423	-	-	-
Exercícios anteriores	5.383	-	-	-
Pagamentos	11.904	-	-	-
Exercício atual	6.236	-	-	-
Exercícios anteriores	5.748	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos dos sinistros/benefícios de pecúlio:

Período	31.12.15	31.12.16	31.12.17	31.12.18
Provisão período anterior	178	-	-	-
Pagamentos	11.904	-	-	-
Um ano mais tarde	258	-	-	-
Dois anos mais tarde	258	-	-	-
Três anos mais tarde	258	-	-	-
Quatro anos mais tarde	258	-	-	-

Está assim demonstrado: **a. O Capital Social**, totalmente subscrito e integralizado, passou de R\$10.200, representados por 8.922.078 ações ordinárias sem valor nominal para R\$15.000, representados por 13.120.700 ações ordinárias sem valor nominal, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 27/12/2017, utilizando parte da Reserva de Lucros para o aumento de R\$4.800. O aumento foi aprovado pelo órgão fiscalizador, através da Portaria SUSEP/DIORG nº 819 de 12/03/2018. A posição acionária da Sociedade pode ser assim demonstrada:

Participações em Ações:	31.12.17		31.12.18	
	Subscrição	%	Subscrição	%
Banco BS2 S.A.	8.904.236	4,190	13.094.460	99,80
Paulo Henrique Pentagna Guimarães	8.921	4,199	13.120	0,10
Gabriel Pentagna Guimarães	8.921	4,199	13.120	0,10
Total	8.922.078	4,198	13.120.700	100,00

SUPREMA SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA PARA O ENSINO MÉDICO ASSISTENCIAL LTDA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

Ficam convocados os senhores sócios da Suprema Sociedade Universitária para o Ensino Médico Assistencial Ltda., CNPJ nº 05 079 440/0001-08, a se reunirem em Assembleia de Sócios (AGO) no dia 23 de abril de 2019, às 19hs30 na sede social sita a Alameda Salvaterra nº 200, bairro Salvaterra em Juiz de Fora, Minas Gerais, para deliberarem sobre as seguintes matérias: 1) votação da prestação de contas dos administradores relativo ao exercício findo em 31/12/2018; 2) das Demonstrações Contábeis e do Resultado Econômico, encerrados em 31 de dezembro de 2018, comparativas com as de 31 de dezembro de 2017; 3) sobre a destinação do Resultado do Exercício; 4) fixação da remuneração dos administradores; 5) aumento do capital social na forma a ser proposta pela Diretoria; 6) eleição dos Administradores (Diretores) e 7) autorizar a transferência de quotas e em consequência, a admissão de novos sócios Juiz de Fora, 01 de março de 2019. A Diretoria.

4 cm - 12 1202352 - 1

MERCADO D. PEDRO II DE BELO HORIZONTE SOCIEDADE CIVIL "FEIRA DOS PRODUTORES"

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

O senhor Presidente em exercício da entidade supra mencionada, no uso de suas atribuições (arts. 67 e 101, "b", do Estatuto Social) e para o cumprimento da decisão do Conselho de Administração, convoca baseado nos artigos 68, 69 e 79 do Estatuto Social os Srs. Associados para a Assembleia Geral Ordinária que realizará-se no dia 27 de março de 2019, no interior do Mercado D. Pedro II de Belo Horizonte, à Avenida Cristiano Machado, nº 1.950, Bairro Cidade Nova, nesta Capital, ocasião solene em que serão tratados os seguintes assuntos: 1) Prestação

b. Reservas de Lucros: • Reserva Legal – constituída à base de 5% do lucro líquido apurado, até que perfaça 20% do capital social, totalizando R\$591 (R\$938 em 31.12.17).

• Reserva Especial para Dividendos – constituída à base de 25% do lucro líquido apurado, para pagamento de dividendos aos acionistas, totalizando R\$687 (R\$437 em 31.12.17). A Reserva acumulada até 31/12/2016 foi provisionada para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme deliberado na AGE de 27/12/2017. • Reserva Estatutária – constituída com o saldo final do lucro líquido, para formação de reserva para aumento de capital, cujo saldo não podendo exceder a 80% desse capital social, totalizando R\$5.338 (R\$4.588 em 31.12.17). **c. Resultado do Exercício:** A Sociedade apurou um lucro líquido em 31.12.18 de R\$1.052 (R\$1.837 em 31.12.17). A destinação do resultado é registrada no final do exercício, segundo a proposta da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

15. RAMOS DE ATUAÇÃO

A Sociedade apresentou os seguintes valores por ramos de atuação:

Ramo	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
88 – DPVAT	-	-
Premios ganhos	17.100	21.030
Sinistros retidos	(13.913)	(17.767)
Despesas de comercialização	206	(249)
Índice de sinistralidade - %	81,36	84,48

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade vem discutindo judicialmente duas ações judiciais que, baseados em nossos advogados, consideramos uma provável e outra remota as chances de perdas das mesmas. O detalhamento em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

	Valores envolvidos no processo em R\$	
	Quantidade	Provisionado Discutido
Chances de perdas prováveis	1	25
Chances de perdas possíveis	-	-
Chances de perdas remotas	1	-
Total	2	25

A movimentação no período foi a seguinte:

Provisão	Adições		Baixas		Saldo em 31.12.18
	31.12.17	Atualizações	Pagamentos	Estornos	
Cíveis	24	1	-	-	25
Total	24	1	-	-	25

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As principais contas de resultado apresentavam os seguintes saldos:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Sinistros ocorridos	(13.913)	(17.767)
• Indenizações avisadas de consórcios e fundos	(9.984)	(12.167)
• Despesas com sinistros de consórcios e fundos	(4.242)	(5.349)
• Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	313	(251)
• Custo de aquisição	(206)	(249)
• Comissões sobre prêmios	(206)	(249)
• Despesas administrativas	(2.155)	(1.955)
• Despesas com pessoal próprio	-	(249)
• Despesas com serviços de terceiros	(50)	(260)
• Despesas com localização e funcionamento	(24)	(10)
• Despesas com publicações	(44)	(15)
• Outras despesas administrativas	(11)	(2)
• Despesas administrativas do convênio DPVAT	(2.026)	(1.419)
• Despesas com tributos	(626)	(629)
• IPTU	(1)	(2)
• Contribuições para a Cofins	(384)	(434)
• Contribuições para o PIS	(63)	(71)
• Taxas de fiscalização	(178)	(122)
Resultado financeiro	1.424	3.223
• Receitas com títulos de renda fixa	1.244	1.576
• Receitas financeiras do consórcio DPVAT	174	151
• Receitas com fundos de investimentos	98	5.143
• Receitas com fundos de investimentos - DPVAT	4.138	5.890
• Despesas financeiras com renda fixa	(15)	(3.566)
• Capitalização das provisões técnicas	(4.138)	(5.890)
• Despesas financeiras do consórcio DPVAT	(21)	(25)
• Outras despesas financeiras	(56)	(56)
Receitas patrimoniais	146	7
• Dividendos e rendimentos	146	7
• Outras receitas e despesas operacionais	(1.918)	(2.244)
• Outras receitas do consórcio DPVAT	476	34
• Despesas com cobrança do consórcio DPVAT	(2.051)	(1.804)
• Outras despesas do consórcio DPVAT	(343)	(474)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.18		31.12.17	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e contribuições	1.792	1.792	3.291	3.291
(-) Contribuição social	(340)	-	(657)	-
(+) Adições	390	50	657	-
(-) Excluições	(145)	(145)	(7)	(7)
Base de cálculo	1.697	1.697	3.284	3.284
Tributos	400	340	797	657
(-) Incentivos fiscais	-	-	-	-
Total dos Tributos	400	340	797	657

de contas dos órgãos da administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício fiscal findo em 31/12/2018, observando-se os procedimentos de deliberação e aprovação dessas contas impostas pelos arts. 74; 79, §1º e §2º do Estatuto Social e compreendendo: a) Relatório da Gestão; da responsabilidade da Diretoria Executiva; b) Balanço Geral; c) Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência da contribuição para cobertura das despesas e/ou encargos societários; d) Parecer do Conselho Fiscal ou de Comunicação Fiscal ou de Comissão Auditorial; e) Plano de Atividades da Sociedade para o exercício subsequente, se houver. 2) Destinação das sobras apuradas nos últimos anos e possível aumento do capital da entidade ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas e/ou encargos da sociedade, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para as reservas e provisões, legal ou estatutariamente, obrigatórias, segundo determina o art. 79, II do Estatuto Social; 3) Eleição de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes para o Conselho Fiscal com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição ilimitada, observando-se os critérios e requisitos impostos pelo art. 75, 77, "c", "h" e "i"; 79, III; 90; e 108 do Estatuto Social para realização dessa eleição e elegibilidade do associado regular postulante do cargo eletivo, tendo cada associado o direito à um só voto para cada um dos cargos eletivos; 4) Eleição de 12 (doze) membros efetivos para o Conselho de Administração com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição ilimitada, observando-se os critérios e requisitos impostos pelo art. 75, 77, "c", "h" e "i"; 79, III; 82; §3º e 90 do Estatuto Social para realização dessa eleição e elegibilidade do associado regular postulante do cargo eletivo, tendo cada associado o direito à um só voto para cada um dos cargos eletivos; 5) Assuntos Gerais e esclarecimentos sobre a Sociedade que tenham o caráter informativo e não impliquem em novas deliberações pela Assembleia. A Assembleia se instalará em regime de primeira convocação às 17:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados

19. DEMONSTRATIVO DE CAPITAL REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

A adequação do capital da Sociedade está assim demonstrada:

Composição	31.12.18	31.12.17
Ajustes Contábeis	-	-
Patrimônio líquido contábil	22.015	20.963
(-) Participações societárias	(173)	(171)
(-) Ativos intangíveis	(80)	(143)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal	21.762	20.648
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
Dif. entre vr. mercados e vr. ativos fin. mantidos até o venc.	-	-
(1) Vr. ativos fin. classific. categoria mantidos até o venc.	-	1.095
(2) Vr. justo dos ativos informados	-	1.095
(3) Valor bruto do ajuste (2 - 1)	-	-
(4) Valor do ajuste = 55% do item 3	-	-
Patrimônio líquido ajustado - total	21.762	20.648
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco	2.801	361
Capital adicional de risco de subscrição	-	-
Capital adicional de risco de crédito	-	277
Capital adicional de risco operacional	-	83
Capital adicional de risco de mercado	2.801	1
Benefício da diversificação	-	-
Capital mínimo requerido	15.000	15.000
Suficiência de capital - RS	6.762	5.648
Solvência	45,08%	37,66%

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores determina que a Sociedade apresente liquidez em relação ao seu Capital de Risco-CR, a qual representa um montante de ativos líquidos, em excesso a necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% do seu CR, parâmetro este atingido pela Sociedade, conforme se observa dos valores da carteira de ativos garantidores constantes e das provisões técnicas a serem cobertas (notas nº5 e 10).

A Resolução CNSP nº 343/2016 alterou a Resolução CNSP nº 321/2015 introduzindo nova fórmula de cálculo do patrimônio líquido contábil - PLA, vigorando a partir de 31/12/2016.

20. GESTÃO DE RISCO

a. Gerenciamento de Capital - Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito da Entidade, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos. No gerenciamento de capital, a Entidade mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

b. Gerenciamento de Risco - A gestão de riscos da Entidade está alinhada a política do Conglomerado Bonsucesso e reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

I - **Risco de Mercado** - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Grupo Bonsucesso, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normalização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (Value at Risk) são definidos pela Alta Administração e monitorados com periodicidade diária. II - **Risco de Crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. III - **Risco de Liquidez** - É o risco da Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. IV - **Risco Operacional** - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A Entidade considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e, consequentemente, na redução do comprometimento do capital.

21. COMPLIANCE

A Entidade mantém pessoal especializado de Consultoria, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos, e atendendo às determinações da SUSEP, inclusive quanto ao trabalho de Auditoria Interna. Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento às normas da SUSEP foram observados, estando a Entidade resguardada por controles internos implantados, inclusive disponibilizados, via Intranet, para todos os colaboradores, seja através de manuais, organogramas e fluxogramas para praticamente todas as áreas administrativas e operacionais, buscando o atendimento às determinações previstas naquele normativo.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Pentagna Guimarães, Diretor Técnico
Gabriel Pentagna Guimarães, Diretor de Relações
Francisco Ferreira Neto - Diretor de Controles Internos

CONTROLADORIA

José Luiz de Souza Leite, Contador - CRCMG 48.029/O-0
ATUÁRIO TÉCNICO RESPONSÁVEL
ALM - Consultoria Atuarial, CIBA - 102

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes,
Conselheiros e Diretores da
PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. **2. Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. **3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor** - A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso. **4. Responsabilidades da Administração e da Governança** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **5**